



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE RONDÔNIA

DO-e-ALE/RO

Nº 035

EDIÇÃO EXTRA

PORTO VELHO-RO, QUARTA-FEIRA, 03 DE MARÇO DE 2021

ANO X



SUMÁRIO

SUP. DE RECURSOS HUMANOS Capa

TAQUIGRAFIA 0376

CORREGEDORIA ADMINISTRATIVA 0393

SUP. DE RECURSOS HUMANOS

ATO CONCESSÓRIO DE APOSENTADORIA Nº 181 DE 19/02/2021

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA E A PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA – IPERON, no uso das atribuições legais que lhes conferem as Leis Complementares nºs 228/2000, publicada no DOE nº 4422, de 01.2000 e 432/2008, publicada no DOE nº 0955, de 13.03.2008.

CONSIDERANDO o constante no processo nº 0016.130144/2020-72.

RESOLVEM:

1 – Conceder aposentadoria voluntária por Idade e Tempo de Contribuição com proventos integrais e paridade ao servidor **MATIAS MENDES**, portador do **RG nº 32835-SSP/RO**, inscrito no **CPF nº 045.823.142-87**, ocupante do cargo de **Técnico Legislativo (Ativ. de suporte)**, classe **IV**, referência **15**, matrícula nº **100004680**, com carga horária de 40 horas semanais, pertencente ao quadro de pessoal da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, nos termos do **artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005 e Lei Complementar nº 432/2008**.

2 – Os reajustes serão revistos na mesma data e proporção, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

3 – Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

ALEX MENDONÇA ALVES

Presidente

MARIA REJANE S. DOS SANTOS VIEIRA

Presidente

ATO CONCESSÓRIO DE APOSENTADORIA Nº 182 DE 19/02/2021

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA E A PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA – IPERON, no uso das atribuições legais que lhes conferem as Leis Complementares nºs 228/2000, publicada no DOE nº 4422, de 01.2000 e 432/2008, publicada no DOE nº 0955, de 13.03.2008.

CONSIDERANDO o constante no processo nº 0016.399701/2020-78.

RESOLVEM:

1 – Conceder aposentadoria voluntária por Idade e Tempo de Contribuição com proventos integrais e paridade ao servidor **JOÃO VICENTE DE LIMA**, portador do **RG nº 1294665-SSP/RO**, inscrito no **CPF sob o nº 279.296.989-04**, ocupante do cargo de **Assistente Técnico Legislativo/Atividade de Suporte**, classe **IV**, referência **15**, matrícula nº **100004127**, com carga horária de 40 horas semanais, pertencente ao quadro de pessoal da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, nos termos do **artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005 e Lei Complementar nº 432/2008**.

2 – Os reajustes serão revistos na mesma data e proporção, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

3 – Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

ALEX MENDONÇA ALVES

Presidente

MARIA REJANE S. DOS SANTOS VIEIRA

Presidente

MESA DIRETORA

Presidente: **ALEX REDANO**

1º Vice-Presidente: **JEAN OLIVEIRA**

2º Vice-Presidente: **MARCELO CRUZ**

1º Secretário: **JAIR MONTES**

2º Secretário: **CIRONE DEIRO**

3º Secretário: **ALEX SILVA**

4º Secretário: **JHONY PAIXÃO**

SECRETARIA LEGISLATIVA

Secretaria Legislativa - **Huziel Trajano Diniz**

Departamento legislativo - **Miranilde Rodrigues do N. Robles**

Divisão de Publicações e Anais - **Eloy Santana Leôncio Almeida**

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 211/2012, COMO ÓRGÃO OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Avenida Farquar 2562 - Olaria
CEP 76.801-189 Porto Velho-RO

ATO CONCESSÓRIO DE APOSENTADORIA Nº 183 DE 19/02/2021

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA E A PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA – IPERON, no uso das atribuições legais que lhes conferem as Leis Complementares nºs 228/2000, publicada no DOE nº 4422, de 01.2000 e 432/2008, publicada no DOE nº 0955, de 13.03.2008.

CONSIDERANDO o constante no processo nº 0016.399769/2020-57.

RESOLVEM:

1 – Conceder aposentadoria voluntária por Idade e Tempo de Contribuição com proventos integrais e paridade à servidora **MARLA MARTINS GOMES DE SOUZA FARINA**, portadora do RG nº 261024-SSP/RO, inscrita no CPF sob o nº 220.542.192-15, ocupante do cargo de **Assistente Técnico Legislativo/Atividade de Apoio**, classe IV, referência 15, matrícula nº 100012401, com carga horária de 40 horas semanais, pertencente ao quadro de pessoal da Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia, nos termos do **artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005 e Lei Complementar nº 432/2008**. 2 – Os reajustes serão revistos na mesma data e proporção, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

3 – Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

ALEX MENDONÇA ALVES

Presidente

MARIA REJANE S. DOS SANTOS VIEIRA

Presidente

ATO CONCESSÓRIO DE APOSENTADORIA Nº 184 DE 19/02/2021

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA E A PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA – IPERON, no uso das atribuições legais que lhes conferem as Leis Complementares nºs 228/2000, publicada no DOE nº 4422, de 01.2000 e 432/2008, publicada no DOE nº 0955, de 13.03.2008.

CONSIDERANDO o constante no processo nº 0016.399527/2020-63.

RESOLVEM:

1 – Conceder aposentadoria voluntária por Idade e Tempo de Contribuição com proventos integrais e paridade à servidora **ANA CRISTINA FAVACHO NOGUEIRA**, portadora do RG nº 277256-SSP/RO, inscrita no CPF sob o nº 204.194.142-15, ocupante do cargo de **Técnico Legislativo/Atividade de Suporte**, nível Superior, classe IV, referência 15, matrícula nº 100006380, com carga horária de 40 horas semanais, pertencente ao quadro de pessoal da Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia, nos termos do **artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005 e Lei Complementar nº 432/2008**.

2 – Os reajustes serão revistos na mesma data e proporção, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

3 – Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

ALEX MENDONÇA ALVES

Presidente

MARIA REJANE S. DOS SANTOS VIEIRA

Presidente

TAQUIGRAFIA

**ATA DA 1ª SESSÃO ORDINÁRIA
DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA
DA 10ª LEGISLATURA**

(Em 23 de fevereiro de 2021)

Presidência dos Srs.

Jean Oliveira – 1º Vice-Presidente

Marcelo Cruz – 2º Vice-Presidente

Secretariados pelo Sr.

Jhony Paixão – 4º Secretário

(Às 15 horas e 21 minutos é aberta a sessão)

O SR. JOSÉ CARLOS PAIM (Mestre de Cerimônias) – Senhoras e senhores, boa tarde. Devido à pandemia da Covid-19, esta 1ª Sessão Ordinária para instalação da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 10ª Legislatura está sendo realizada a distância por meio de videoconferência.

Agradecemos desde já a todas as autoridades que nos acompanham por meio virtual, seja pela página oficial da Assembleia Legislativa no Facebook, no YouTube e pela TV Assembleia, canal 7.2. Os deputados estaduais presentes neste recinto, bem como a reduzida equipe técnica responsável pela condução dos trabalhos, estão adotando todos os cuidados exigidos pelos protocolos de biossegurança com distanciamento mínimo de 2 metros.

Neste momento nós anunciamos a composição da Mesa dos trabalhos, que já se encontram conosco: Excelentíssimo Senhor Deputado Jean Oliveira, 1º Vice-Presidente da Assembleia Legislativa; Excelentíssimo Senhor Deputado Jair Montes, 1º Secretário da Assembleia Legislativa.

Neste momento, eu passo a palavra ao 1º Presidente da Assembleia, Deputado Jean Oliveira, para abertura oficial desta Sessão.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Sob a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta a 1ª Sessão Ordinária para instalação da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 10ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

Quero aqui cumprimentar os senhores parlamentares que estão presentes no plenário e também aqueles que nos acompanham de forma remota.

Senhoras e senhores parlamentares, neste momento transformo esta Sessão Ordinária em Comissão Geral, nos termos do artigo 135 do Regimento Interno.

(Às 15 horas e 23 minutos, transforma-se a Sessão Ordinária em Comissão Geral)

O SR. JOSÉ CARLOS PAIM (Mestre de Cerimônias) – Neste momento nós vamos à composição da Mesa de Honra e já convidamos para compor o dispositivo virtual o Excelentíssimo Senhor Coronel Marcos Rocha, Governador do Estado de Rondônia; Excelentíssimo Senhor Desembargador Dr. Paulo Kiyochi Mori, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia – TJ/RO e o Excelentíssimo Senhor Conselheiro Dr. Paulo Curi Neto, Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia – TCE/RO.

Neste momento, eu convido a todos para que fiquem de pé para prestarmos um minuto de silêncio em memória e respeito às vítimas da Covid-19 em Rondônia, no Brasil e no mundo.

(Faz-se um minuto de silêncio)

Muito obrigado. Neste momento, convido a todos para, em posição de respeito, cantarmos o Hino Céus de Rondônia. (letra de Joaquim de Araújo Lima e música do Dr. José de Melo e Silva)

(Execução do Hino Céus de Rondônia)

Na pessoa de Sua Excelência, o Deputado Jean Oliveira, 1º Vice-Presidente desta Casa, agradecemos a presença de todas as autoridades que estão nos assistindo e participando virtualmente.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Senhores Deputados, neste momento...

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (*Por videoconferência*) - Senhor Presidente, não estamos ouvindo.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Oi?

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (*Por videoconferência*) - Nós não estamos ouvindo.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Não está conseguindo ouvir?

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (*Por videoconferência*) - Não.

O SR. CIRONE DEIRÓ (*Por videoconferência*) – Deputado Jean, é o Deputado Cirone. Não estamos ouvindo aqui a transmissão.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Neste momento, eu concedo a palavra... Por favor, senhores deputados, coloquem o microfone no mudo para que a gente possa prosseguir com a Sessão.

Concedo a palavra ao Excelentíssimo Senhor Coronel Marcos Rocha, Governador do Estado de Rondônia, para encaminhar a mensagem governamental, iniciando o processo legislativo. Seja bem-vindo, Senhor Governador. O senhor está com a palavra pelo tempo que achar conveniente.

O SR. MARCOS ROCHA (*Por videoconferência*) - Ok. Muito obrigado, Senhor Deputado Jean. Eu vou fazer aqui uma

leitura de, no máximo, 15 páginas, então a gente vai conseguir falar bem rapidamente. (Risos). Bem, todos estão me ouvindo?

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) - Estamos sim, Senhor Governador.

O SR. MARCOS ROCHA (*Por videoconferência*) – Ok. Obrigado, então. Bem, senhores e senhoras, parlamentares e todas as autoridades, é com imensa satisfação e respeito que eu retorno a esta Casa de Leis, mesmo que de forma remota, em respeito ao protocolo de segurança contra o coronavírus. Trago uma mensagem de esperança, de prosperidade e saúde para toda a sociedade rondoniense, que ainda vive o impacto causado pela pandemia. Minhas palavras, nesta oportunidade, são para, novamente, dar as boas-vindas à nova presidência, agora ocupada pelo Deputado Alex Redano; bem como à Mesa Diretora desta Casa de Leis, e de todos os parlamentares que nesta data estão reunidos para assinatura do 1º período da 3ª Sessão Legislativa da 10ª Legislatura, que, em caráter extraordinário, acontece de forma virtual.

Aproveito a ocasião para saudar o povo rondoniense, bem como o Ministério Público, a Defensoria Pública, o Tribunal de Justiça e o Tribunal de Contas, que atuaram em parceria com o Governo Estadual no enfrentamento aos desafios impostos no ano de 2020, em uma demonstração de total comprometimento em atender as demandas da sociedade e manter a solidez democrática, a justiça e o desenvolvimento do nosso Estado.

Senhor Presidente, deixo minhas sinceras saudações e, ao mesmo tempo, rogo a Deus pela sua total recuperação e que tenha a saúde totalmente restabelecida. Também faço orações pela saúde de todos nós, para que possamos cumprir com nossa missão, confiada pelo povo rondoniense, de continuar construindo Rondônia de forma honesta e transparente.

Quero deixar claro que Rondônia segue a passos largos. E hoje, está sendo vista com bons olhos pelos demais Estados do Brasil e por outros países também. Tudo isso vem sendo fruto de um grande trabalho e da harmonia entre os Poderes.

Tenham a certeza, Senhores Deputados e autoridades presentes, que dentro do Executivo Estadual não faltarão esforços para superarmos os desafios, a exemplo do que vimos em 2020; um ano marcado por muito trabalho e reforço do setor de Saúde, principalmente empenhado para garantir a continuidade de outros setores do Estado.

Não podemos deixar de citar todo o trabalho desenvolvido pelo Governo do Estado e com o apoio desta Casa de Leis. O objetivo sempre foi garantir a saúde do nosso povo no ano de 2020.

Investimos maciçamente, com responsabilidade, na Saúde. Tanto, que Rondônia sempre esteve no topo do *ranking* de transparência no enfrentamento ao coronavírus. Como estratégia de combate à pandemia, providenciamos ajuda rápida aos municípios, para que pudessem fazer frente efetiva à Covid-19. Em Porto Velho, adquirimos um hospital de campanha na

região central; equipamentos para poder equipar o Centro de Reabilitação de Rondônia (Cero), na zona leste; o nosso Hospital de Campanha 2, com leitos de UTIs. Por isso, estamos aumentando a quantidade de leitos de UTIs aqui no nosso Estado. Precisamos continuar fortes durante este período, em que nós precisamos lutar contra esse inimigo invisível e trabalhar unidos, para salvar vidas.

Meu governo continuará firme e proativo diante dos desafios e da gravidade que a pandemia tem causado ao nosso povo. O Estado tem atuado de forma incansável e focado para melhor atender às necessidades dos nossos cidadãos. Desejo que os poderes possam ter um ano repleto de muito sucesso em suas distintas rotinas de trabalho. Hoje, estamos afastados presencialmente por causa da facilidade de contágio da doença que insiste em obter mutações, como o caso das cepas do coronavírus que estão circulando em vários municípios do Estado. Mas com a graça de Deus, iremos vencer este vírus.

Adotamos medidas urgentes e necessárias para que a máquina pública não pudesse parar. Para que ela não parasse de forma alguma. Isso fez com que o Estado continuasse no caminho do crescimento e em meio a uma pandemia terrível. Eu clamo a Deus para que Rondônia resista firme e que o Executivo Estadual possa, de forma eficaz e contundente, cumprir com a missão de salvar vidas e proteger a saúde econômica das empresas e, conseqüentemente, salvar empregos.

São públicos e notórios os procedimentos, adequações e políticas públicas implementados pelo poder do governo, através do Governo do Estado de Rondônia para o enfrentamento do coronavírus e, paralelo às ações na área da Saúde, atuamos de forma rigorosa em outros setores, tão importantes para o desenvolvimento do nosso Estado.

Apresentamos investimentos na segurança pública que hoje refletem positivamente no combate ao crime, evidenciando a queda nos índices de criminalidade. Foram mais de 300 novas viaturas para a Polícia Civil, Militar, Corpo de Bombeiros, adquiridas no sistema de locação, o que garante ao Estado uma economia de mais de R\$ 440 mil por ano.

É importante mencionar os investimentos nas Secretarias de Justiça no Estado de Rondônia. Há anos não era assistida. Logo no início deste ano, nós entregamos para a Sejus mais de 45 veículos em prol da Polícia Penal.

Na Educação, o Governo se empenhou em atuar e atenuar, na verdade, os prejuízos, tanto aos estudantes, como dos pais, dos profissionais da Educação, com ações contínuas, mesmo com as intempéries da pandemia, a exemplo do kit alimentação escolar — que é a cesta básica para alunos —, cartão alimentação, ampliação das aulas da mediação tecnológica de Rondônia para todos os estudantes da rede estadual. Valorização dos professores, com pagamento da diferença retroativa do piso salarial e a diferença, também retroativa, dos meses a janeiro e a julho. Foram beneficiados mais de 14 mil professores da Educação estadual. Nós investimos também em estruturas físicas nas escolas, aquisição de equipamentos e veículos.

Atuamos firmemente na manutenção e recuperação das nossas estradas estaduais, com a visão de garantir segurança na trafegabilidade nas estradas e no escoamento da nossa produção. O Governo tem feito de tudo para oferecer melhores condições nas estradas com intuito de possibilitar o fomento do setor produtivo que tem crescido significativamente em Rondônia, trazendo um retorno econômico satisfatório não para o Estado em si, mas para o cidadão.

No campo social não foi diferente. Já anunciamos no início deste ano a prorrogação do Programa AmpaRO, onde aproximadamente 28 mil famílias serão beneficiadas, o que representa cerca de 93 mil pessoas em todo o Estado. Estão sendo beneficiados com essa segunda prorrogação, o que isso será de extrema importância para acabar e diminuir as dificuldades que as famílias vêm sofrendo.

Enfim, Senhor Presidente e demais deputados estaduais, e todas as autoridades, um breve apanhado aqui foi muito rápido para demonstrar que o Estado não para e que Deus, peça a Deus para que Ele não permita que isso possa acontecer. Todo investimento, trabalho, compromisso poderão ser conferidos na mensagem completa do Executivo estadual enviada a essa Casa de Leis. O importante é presenciarmos que o Governo do Estado e todos os Poderes estão engajados em garantir condições necessárias para o bem-estar da nossa sociedade. Volto a confirmar, veementemente, que os esforços foram e continuam sendo aplicados para a melhoria do atendimento a todos os cidadãos, bem como a todos os setores econômicos, seja no agronegócio, na pecuária, na agricultura, na infraestrutura, na educação, na segurança, em todas as áreas. Atuamos em observância plena da ética, princípios, caráter e compromisso, lutando sem cessar pela justiça em prol do desenvolvimento econômico e social de Rondônia.

Encerro minhas palavras clamando a Deus, em seu infinito amor por todos nós, para que tenhamos um ano de 2021 de muito trabalho e conquistas. Sabemos dos desafios que virão, mas desejamos que com o envolvimento dos Poderes, possamos avançar e garantir a cada cidadão que vive neste grandioso Estado de Rondônia, que os esforços mantidos para investir em qualidade e eficiência. Um forte abraço ao Presidente da Assembleia Legislativa e a todos os demais parlamentares e a todas as autoridades que participam desta abertura tão importante que é o ano legislativo. Que Deus nos abençoe e nos livre desta pandemia em nome do Senhor Jesus. Forte abraço a todos.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Obrigado, Senhor Governador. Ainda que remota, a presença do senhor é muito importante. Um ato constitucional que traz a mensagem para que possamos dar início à Sessão Legislativa. Neste momento, nós estamos todos aqui orando pela saúde do Presidente Alex Redano, que testou positivo, juntamente com o colega Deputado Alan Queiroz, que não está aqui presente por conta disso, mas represento o Presidente, aqui, sabendo da importância que ele é nesse contexto da relação da Assembleia Legislativa com os demais Poderes, especialmente com o Poder Executivo,

juntamente com o Senhor Governador, que tem essa função importante de Chefe de Estado.

Convido neste momento, para fazer uso da palavra, o Conselheiro Dr. Paulo Curi Neto, Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia.

O SR. PAULO CURI NETO (*Por videoconferência*) – Boa tarde a todos. Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia, Deputado Jean Oliveira. Quero saudar também o Presidente, que está se recuperando, felizmente, da Covid, Deputado Alex Redano; Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, Coronel Marcos Rocha; Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, Desembargador Paulo Kiyochi Mori; senhores deputados; senhoras deputadas; demais autoridades presentes; senhoras e senhores.

Senhor Presidente, quero agradecer o convite que nos foi formulado para participar deste importante evento e, mais ainda, a oportunidade de fazer uso da palavra. Então, assim como o Senhor Governador, pretendo não abusar dessa faculdade que nos é deferida. Pretendo ser bastante objetivo, Senhor Presidente, para alegria geral.

Senhoras e senhores, nós ainda atravessamos no Estado de Rondônia — como bem destacou o Governador —, nos nossos municípios, no País, um momento extremamente adverso, com muita pressão sobre as políticas públicas estaduais e municipais, políticas públicas federais também. A saúde pública vem sendo muito fortemente testada e, a despeito de todos reconhecidos esforços, valorosos esforços do Poder Executivo Estadual e dos Poderes Executivos Municipais, a situação é realmente bastante delicada, o momento é desafiador para todos nós.

O Tribunal de Contas do Estado de Rondônia vem, nesse momento, nesse contexto, elaborando o seu planejamento estratégico para o período 21-25. Nós ainda submeteremos esse planejamento estratégico para apreciação do nosso Conselho Superior de Administração, mas eu me permito fazer rápidas referências a esse planejamento estratégico, já que estamos aqui a tratar de perspectivas futuras, com a ótima e bem-vinda abertura do ano legislativo desta Sessão legislativa. Nós estamos selecionando três eixos principais para atuação do Tribunal de Contas na perspectiva, no horizonte 21-25, embora nós tenhamos ainda que discutir muito intensamente a questão da saúde pública, por alguns meses, pelo menos, nós elegemos 3 eixos que estão conectados com outras questões, embora a saúde pública vá ser tocada em cada uma dessas questões, desses eixos.

Primeiro é a educação pública, tendo como referência principal, como ponto de partida, a questão da alfabetização na idade certa, das vagas em creche, da universalização da pré-escola. No outro eixo, diz respeito à integridade. Finalmente, um terceiro eixo, que está relacionado ao desenvolvimento regional. Aliás, o Tribunal de Contas já tem um programa de alguns anos voltado à questão do desenvolvimento regional, que vem sendo executado com muita competência pelo eminente Conselheiro Benedito Antônio Alves.

Eu queria aproveitar esta oportunidade valiosa, Presidente e senhores deputados, para tratar de uma dessas políticas públicas que eu mencionei como uma das prioridades do Tribunal de Contas nos próximos 5 anos, embora o foco se deva deitar sobre a questão da saúde pública, nos parece igualmente relevante tratar da questão da educação pública. Nós estamos na iminência de completar 01 ano de suspensão das atividades presenciais no Estado de Rondônia. Esta é a realidade de quase todo o Brasil, com poucas exceções, alguns Estados já voltaram a educação pública, mas não é ainda a maioria dos Estados. Este não é o aniversário que mereça ser comemorado. Esta situação de suspensão das atividades presenciais tão prolongada, que discrepa, inclusive, da realidade da maior parte dos países, sobretudo os países desenvolvidos, vai deixar um legado lamentavelmente bastante ruim para as nossas crianças e para os nossos jovens. Eu reconheço aqui, de público, todo o esforço que o Governo do Estado vem fazendo no que toca essa questão, tanto para assegurar a continuidade do serviço educacional de forma remota, de forma impressa, quanto para se organizar para segurar o retorno às atividades presenciais. Mas, ainda assim, como eu destaquei, a situação é muito complicada. Nós teremos que conviver, mais ainda do que no passado, com um grave déficit de aprendizagem, com o aumento explosivo da evasão e do abandono escolar. Antes da pandemia, nós tínhamos já 2 milhões de crianças e de jovens fora das escolas e esse número deve totalizar no Brasil 4 milhões de crianças. Há problemas também psicológicos que são relatados, até de violência (mais crianças expostas à violência). Antes, essas informações chegavam às escolas e, agora como elas não estão operando, não chegam mais.

Para os senhores terem uma ideia, antes da pandemia, o Estado tinha apenas 67,4% dos jovens de 15 a 17 anos cursando o Ensino Médio. Pós-pandemia esse número deve piorar bastante. A diferença, esses outros jovens que não estão cursando o Ensino Médio, ou estão sujeitos a uma grave distorção idade-série ou — o que é pior ainda — abandonaram a educação básica.

Então, o momento no que toca a educação também é particularmente complicado. Por isso que eu faço questão de tratar deste tema nesta relevantíssima oportunidade que me é assegurada para tentar uma sensibilização de todas as autoridades do Estado. Para nós, de forma urgente, para que debatamos esse tema e para que se viabilize, tão logo possível, o retorno às atividades presenciais. Há um planejamento em curso, já de meses, do Poder Executivo estadual para isso. Se não tivesse havido a piora da pandemia, a expectativa era de que em fevereiro esse retorno já se consumaria. Mas nós estamos realmente numa situação de iminência de um colapso em função da explosão dos casos. Não se sabe ainda ao certo quando esse retorno vai ocorrer no ensino público. Já ocorreu no ensino privado, que é muito positivo, embora tenha um efeito colateral de ampliar a desigualdade entre os estudantes das escolas privadas e os estudantes das escolas públicas. O fato é que é extremamente importante que se faça um esforço concentrado, geral, de todas as instituições para assegurar esse retorno o quanto antes. Não a qualquer custo, bem

sabemos. A autoridade sanitária do Estado, a Agevisa, já se pronunciou favoravelmente a esse retorno, mas estabeleceu, em nota técnica, um conjunto amplo de medidas que precisam ser asseguradas para este retorno ser promovido de forma segura. O Executivo estadual, inclusive, fez grandes aquisições de EPIs (equipamentos de proteção individual) e, mais do que isso, disponibilizou esses EPIs aos municípios para apoiar esse retorno aos municípios.

Em função dessa situação toda que relato, aqui eu aproveito para parabenizar o Poder Legislativo, a Assembleia Legislativa, na pessoa do Deputado Eyder Brasil, por ter tido a coragem de trazer essa discussão, de submeter essa discussão ao Parlamento — Parlamento que é a casa do povo, que é um lugar muito adequado para que se faça esse debate. E eu quero destacar a minha convergência com a posição do Deputado Eyder Brasil, no sentido de que se considere a educação um serviço essencial para assegurar as atividades presenciais ainda na fase 1. Evidentemente, como eu destaquei, isso está no projeto com todas as cautelas necessárias, com as medidas sanitárias, do ponto de vista pedagógico e embasamento científico. Inclusive, no planejamento das instituições, dos Poderes Executivo estadual e municipal, está previsto que este retorno não pode ocorrer de modo a expor os profissionais da educação do grupo de risco. Eles devem ser substituídos por profissionais que não sejam do grupo de risco. Há inclusive uma estimativa de custo no Estado para assegurar essa substituição, que é um dado bastante importante que deve ser registrado.

Aliás, deve-se avançar também numa governança estadual e municipal para que cada unidade escolar seja certificada como adequada, apta, a permitir este retorno. Essa é a posição que, inclusive, vemos defendendo no Gaepe (Gabinete de Articulação para o Enfrentamento da Pandemia na Educação), que é um gabinete que congrega órgãos de controle, sistema de Justiça e Gestão, que esse debate tem sido promovido de forma muito efusiva.

E finalizo, Senhores Deputados, Senhor Presidente, para destacar, que outra questão deve ser colocada, e eu ouvi isso também na voz do Deputado Eyder Brasil: a necessidade de se priorizar a vacinação dos profissionais da Educação. Infelizmente, no protocolo da União, eles estão previstos para a fase 3. Mas aqui no Estado estão na fase 4. Nós sabemos que o Estado não pode discrepar do protocolo da União, mas pode — quem sabe, Senhor Governador — avançar e trazer esses profissionais pelo menos para a fase 3 e, quem sabe, fazer um detalhamento da priorização no universo desses profissionais, que me parece que devam ser priorizados na vacinação dentro desse universo o pessoal do grupo de risco e o pessoal que vai para a frente, que vai ser colocado nas atividades presenciais.

Encerro aqui minha intervenção, desejando um excelente ano legislativo a todos os senhores, uma pronta recuperação ao Deputado Alex Redano e ao Deputado Alan Queiroz. Esta Casa Legislativa sempre foi muito sensível historicamente às expectativas dos cidadãos do Estado de Rondônia, e o Tribunal de Contas se coloca ao lado da Assembleia, de todas as

instituições, à disposição do atendimento das necessidades dos cidadãos do Estado de Rondônia. Muita saúde e muita paz a todos os senhores. Reitero o agradecimento pela oportunidade. Fiquem com Deus.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Obrigado, Dr. Paulo Curi. Leve o abraço deste Parlamento a todos os demais membros do Tribunal de Contas, os Conselheiros.

E as suas palavras foram, de tudo, muito importantes. Conhecendo os nobres colegas Deputados, sabemos da importância que é esse assunto — educação — para o ano de 2021. Acredito que nós devemos nos debruçar sobre este tema e discuti-lo de forma técnico-científica para que a gente possa tornar o retorno às aulas de forma que a gente não prejudique, mas que a gente dê importância à educação no nosso Estado, que, com toda certeza, é preocupante. Esse é, com certeza absoluta, um sentimento que todos nós temos e sabemos que isso pode causar grandes danos a nossa juventude.

Neste momento, convido a fazer uso da palavra o Excelentíssimo Senhor Desembargador Dr. Paulo Kiyochi Mori, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia.

O SR. PAULO KIYOSHI MORI (*Por videoconferência*) – Bom dia, Senhor Deputado Jean Oliveira, neste ato presidindo esta Sessão, pessoa por qual cumprimento todos os demais parlamentares; Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, Coronel Marcos Rocha; Excelentíssimo Dr. Paulo Curi, Presidente do Tribunal de Contas; senhoras e senhores(...)(**falha na transmissão**).

Não podendo estar presente na Sessão de Posse do Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, Deputado Alex Redano, em virtude da Sessão do Tribunal Pleno, previamente(...)(**falha na transmissão**).

Início minha fala, parabenizando (...) o senhor e a sua Mesa Diretora (...) êxito na condução do Parlamento (...), o reinício dos trabalhos legislativos, notadamente no ano de mudança de gestão, questões (...) renova as responsabilidades do desejo da tomada de decisões sábias para a boa condução do destino do Estado. Temos um ano de (...). Continuando a minha fala, desculpe. Não bastasse a questão da pandemia da Covid-19 (...) vidas nos obriga a reinvenção dos nossos processos de trabalho (...)(**falhas na transmissão**) ...de todas as dificuldades sanitárias, enfrentaremos uma pauta de temas sensíveis, dentre eles, a questão previdenciária, que exigirá grande equilíbrio para a sua apreciação e que ao final o modelo contemple o direito a uma aposentadoria justa.

Por outro lado, inúmeros projetos poderemos compartilhar e desenvolver em parceria. São infinitos benefícios institucionais e sociais que podemos alcançar com a nossa sinergia. Como disse um dos mais notáveis ...(**falha na transmissão**) parlamentares do nosso País, "o futuro não é o que tememos, é o que usamos.", disse Carlos Lacerda. Pois então, que tenhamos a ousadia de inovar, de utilizar os nossos recursos compartilhando ferramentas, conhecimento e estruturas em benefício de nossa população.

Que o ano de 2021 (...) que os desafios sejam relacionados a como fazer mais e melhor em benefício (...) **(falhas na transmissão)**. Finalizo renovando à Sua Excelência, o Presidente, e a todos os parlamentares, desejando a pronta recuperação ao eminente Deputado Alex Redano.

Muito obrigado a todos.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Obrigado, Senhor Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça, Dr. Paulo Kiyochi Mori. Infelizmente, houve aí um problema na internet a gente não conseguiu acompanhar, ouvir de forma clara, mas a sua participação aqui é muito importante, nós ficamos felizes com isso.

O SR. PAULO KIYOCHI MORI *(Por videoconferência)* – Obrigado.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Quero aqui neste momento agradecer a todos os vereadores e prefeitos que estão nos acompanhando de forma remota. Infelizmente, hoje era uma data que nós poderíamos ter aqui a presença de todos, fortalecendo o Parlamento estadual cada vez mais, mas infelizmente, nós temos que ter esse contato de forma remota com os vereadores e prefeitos.

Também quero cumprimentar aqui os senhores deputados presentes: Senhor Deputado Adelino Follador, Deputado Aécio da TV, que está de forma remota; Deputado Alex Redano, que se recupera da Covid-19 em casa, também está presente de forma remota; Deputado Pastor Alex Silva, também de forma remota; Deputado Anderson Pereira está presente; Deputada Cassia Muleta presente; Deputado Chiquinho da Emater presente; Deputado Cirone Deiró está nos acompanhando de forma on-line; Deputado Dr. Neidson, presente; Deputado Eyder Brasil, on-line; Deputado Ezequiel Neiva, presente; Deputado Ismael Crispin, presente; Deputado Jair Montes, presente; Deputado Jean Oliveira; Deputado Jhony Paixão, presente; Deputado Laerte Gomes está on-line; Deputado Lazinho da Fetagro, também on-line; e Deputado Marcelo Cruz, também presente.

Neste momento peço para que o Mestre de Cerimônias dê andamento a nossa Comissão Geral.

O SR. JOSÉ CARLOS PAIM (Mestre de Cerimônias) – Neste momento, desfaz-se o dispositivo virtual de honra e, gentilmente, solicitamos aos senhores parlamentares que continuem na Sessão remota, que neste momento vamos iniciar os trabalhos da Sessão Ordinária.

Neste momento vamos passar a palavra para o 1º Vice-Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Jean Oliveira.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Declarar aqui a presença do Deputado Lebrão. Peço para que registre a presença do Deputado Lebrão.

Neste momento declaro encerrada a Comissão Geral e retornaremos aos trabalhos da Sessão Ordinária.

(Encerra-se a Comissão Geral e retomam-se os trabalhos da Sessão Ordinária às 15 horas e 58 minutos)

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Não havendo ata a ser lida, solicito ao Senhor Secretário que proceda à leitura do Expediente recebido.

O SR. JHONY PAIXÃO (4º Secretário) – Procede à leitura do Expediente recebido.

EXPEDIENTE RECEBIDO

- Mensagem nº 01/2020 – Defensoria Pública do Estado, encaminhando Projeto de Lei que "Acrescenta o art. 3º-A e seus incisos e parágrafos à Lei nº 3.537, de 15 de abril de 2015, que 'Cria o Fundo Especial da Defensoria Pública do Estado de Rondônia – FUNDEP e o Fundo Especial de Modernização da Procuradoria Geral do Estado de Rondônia – FUMORPGE e dá outras providências'".

- Mensagem nº 01/2021 – Tribunal de Justiça do Estado, encaminhando Projeto de Lei que "Disciplina o uso das denominações "cartório" e "cartório extrajudicial" no Estado de Rondônia".

- Mensagem nº 284/2020 – Poder Executivo, encaminhando Veto Total ao Projeto de Lei que "Estabelece a isenção do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços ICMS, na aquisição de armas de fogo pelos servidores públicos integrantes dos órgãos de segurança pública indicados no artigo 143 da Constituição do Estado de Rondônia".

- Mensagem nº 285/2020 – Poder Executivo, encaminhando Veto Total ao Projeto de Lei que "Dispõe sobre direitos e garantias dos agentes públicos quando da colaboração com informações sobre prática de crimes, atos e improbidade ou infrações".

- Mensagem nº 286/2020 – Poder Executivo, encaminhando Veto Total ao Projeto de Lei que "Dispõe sobre os prazos de autorizações e licenciamentos ambientais no Estado de Rondônia em decorrência da decretação da pandemia COVID-19".

- Mensagem nº 287/2020 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei Complementar que "Dispõe sobre a criação de grupo ocupacional e cargos no âmbito da Superintendência de Polícia Técnico-Científica - POLITEC, no Estado de Rondônia e dá outras providências".

- Mensagem nº 001/2021 – Poder Executivo, comunicando ausência do Governador no interstício de 06 a 16 de janeiro de 2021.

- Mensagem nº 003/2021 – Poder Executivo, encaminhando Veto Parcial ao Projeto de Lei que "Institui, no calendário de eventos do Estado de Rondônia, o Dia Estadual de Luta das Pessoas com Deficiência".

- Mensagem nº 004/2021 – Poder Executivo, encaminhando Veto Total ao Projeto de Lei que "Dispõe sobre isenção de alíquotas do Imposto sobre Circulação de

Mercadorias e Serviços - ICMS, sobre insumos específicos, como medida de precaução em razão da pandemia estabelecida pelo novo coronavírus - Covid-19, no Estado de Rondônia.”.

- Mensagem nº 005/2021 – Poder Executivo, encaminhando Veto Total ao Projeto de Lei que “Dispõe sobre a necessidade da dispensa da vistoria, por meio da autodeclaração do proprietário de veículos automotores quanto à segurança veicular e ambiental, durante o plano de contingência relacionado ao novo Coronavírus - Covid-19, no âmbito do Estado de Rondônia, na forma que demonstra.”.

- Mensagem nº 006/2021 ~ – Poder Executivo, encaminhando Veto Total ao Projeto de Lei que “Dispõe sobre estabelecimento de uma Linha de Apoio às Vítimas de Violência Doméstica - LAVIDA, no âmbito do Estado de Rondônia, em virtude do alarmante aumento dos índices de violência doméstica e dá outras providências.”.

- Mensagem nº 007/2021 – Poder Executivo, encaminhando Veto Total ao Projeto de Lei que “Autoriza o Poder Executivo a conceder isenção do Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, nas contas de água, energia elétrica e dos serviços de telecomunicações pelo prazo de 180 dias, e dá outras providências.”.

- Mensagem nº 008/2021 – Poder Executivo, encaminhando Veto Total ao Projeto de Lei que “Dispõe sobre a inclusão de produtos de origem orgânica ou de base agroecológica na alimentação fornecida aos pacientes dos hospitais no âmbito do Estado de Rondônia e dá outras providências.”.

- Mensagem nº 009/2021 – Poder Executivo, encaminhando Veto Total ao Projeto de Lei que “Dispõe sobre a prevenção de acidentes e o combate ao fogo nas escolas estaduais, municipais e particulares de ensino no Estado de Rondônia e dá outras providências.”.

- Mensagem nº 010/2021 – Poder Executivo, encaminhando Veto Parcial ao Projeto de Lei estabelecendo que “Fica instituído, no âmbito do Estado de Rondônia, o certificado de qualidade de acessibilidade municipal, denominado Selo de Acessibilidade, a ser outorgado aos municípios que adotem medidas que garantam a acessibilidade de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.”.

- Mensagem nº 011/2021 – Poder Executivo, encaminhando Veto Total ao Projeto de Lei que “Dispõe sobre o acompanhamento integral para educandos portadores de Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade - TDAH e dá outras providências.”.

- Mensagem nº 012/2021 – Poder Executivo, encaminhando Veto Total ao Projeto de Lei que “Estabelece medidas para profissionais de saúde durante o período de calamidade pública resultante da pandemia de COVID-19.”.

- Mensagem nº 013/2021 – Poder Executivo, encaminhando Veto Total ao Projeto de Lei que “Dispõe sobre

o direito à realização de exame para detectar trombofilia, precedente à prescrição de anticoncepcional, no âmbito do Estado de Rondônia.”.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Só quero aqui, rapidamente, informar às autoridades que estão no dispositivo on-line que já foi feita a Comissão Geral e nós agradecemos e ficamos honrados com a presença de todos. Então, já está desfeita a Comissão Geral e agradecemos a presença de todos, especialmente a do Senhor Governador Marcos Rocha; do Presidente do Tribunal de Contas, Paulo Curi Neto; e do Presidente do Tribunal de Justiça, Dr. Paulo Kyiochi Mori. Muito obrigado pela participação de vocês.

O SR. ANDERSON PEREIRA – Presidente, só uma Questão de Ordem, só registrar aqui a presença da Vereadora Rafaela, lá do Município de Ariquemes e o Vereador Natan Soares, do município de Alta Floresta, se encontram aqui assistindo a Sessão.

O SR. JHONY PAIXÃO (4º Secretário) – Dá prosseguimento à leitura do Expediente recebido:

- Mensagem nº 014/2021 – Poder Executivo, encaminhando Veto Total ao Projeto de Lei que “Dispõe sobre a suspensão do recebimento de pagamentos dos mutuários de programas habitacionais durante a pandemia do coronavírus - Covid-19.”.

- Mensagem nº 015/2021 – Poder Executivo, encaminhando Veto Parcial ao Projeto de Lei que “Institui a campanha permanente de combate ao racismo nas escolas, evento esportivo e cultural do Estado de Rondônia e cria o selo Rondônia Sem Racismo.”.

- Mensagem nº 016/2021 – Poder Executivo, encaminhando Veto Total ao Projeto de Lei que “Institui o Programa Segurança no Trânsito nas escolas das redes pública e privada e dá outras providências.”.

- Mensagem nº 017/2021 – Poder Executivo, encaminhando Veto Parcial ao Projeto de Lei que “Autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa de Apoio às Pessoas com Doença de Alzheimer e Outras Demências e aos seus Familiares, no âmbito do Estado de Rondônia.”.

- Mensagem nº 018/2021 – Poder Executivo, encaminhando Veto Total ao Projeto de Lei que “Cria o programa Empresa Amiga da Saúde no âmbito do Estado de Rondônia.”.

- Mensagem nº 019/2021 – Poder Executivo, encaminhando Veto Total ao Projeto de Lei que “Acrescenta dispositivos à Lei nº 3.896, de 24 de agosto de 2016, que “Dispõe sobre a cobrança de custas dos serviços forenses no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Rondônia e dá outras providências.”.

- Mensagem nº 020/2021 – Poder Executivo, encaminhando Veto Parcial ao Projeto de Lei que “Institui o dia Estadual de Combate e Prevenção ao Diabetes no Estado de Rondônia.”.

- Mensagem nº 021/2021 – Poder Executivo, encaminhando Veto Parcial ao Projeto de Lei que “Dispõe sobre parâmetros específicos sobre inovação tecnológica para microempresas e para as empresas de pequeno porte no Estado de Rondônia.”.

- Mensagem nº 022/2021 – Poder Executivo, encaminhando Veto Total ao Projeto de Lei que “Dispõe sobre a concessão de crédito especial desburocratizado, financiado pelo Banco do Povo, por meio da Superintendência Estadual de Desenvolvimento Econômico e Infraestrutura - SEDI, com juros taxa 0% para pequenos produtores rurais, micro e pequeno empreendedor, MEI e autônomos, em razão do Decreto 24.919, de 05 de abril de 2020.”.

- Mensagem nº 023/2021 – Poder Executivo, encaminhando Veto Total ao Projeto de Lei que “Reconhece como patrimônio cultural de natureza imaterial do Estado de Rondônia a Marcha para Jesus.”.

- Mensagem nº 024/2021 – Poder Executivo, solicitando a retirada de tramitação da Mensagem nº 255, de 04 de dezembro de 2020, que “Dispõe sobre a adequação de nomenclatura, redução de valores, extinção e suspensão de cobrança de taxas da Tabela de Serviços e Taxas, no âmbito do Departamento Estadual de Trânsito do Estado de Rondônia – DETRAN/RO e dá outras providências”.

- Mensagem nº 030/2021 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que “Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Suplementar por Anulação até o valor de R\$ 7.000.000,00 em favor da Unidade Orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES.”.

- Mensagem nº 031/2021 – Poder Executivo, comunicando a abertura de Crédito Adicional Extraordinário por Superavit Financeiro, por meio do Decreto nº 25.752 de 26 de janeiro de 2021.

- Mensagem nº 032/2021 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que “Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Suplementar por Excesso de Arrecadação, até o valor de R\$ 500.000,00, em favor da Unidade Orçamentária Defensoria Pública do Estado de Rondônia - DPE.”.

- Mensagem nº 033/2021 – Poder Executivo, solicitando a retirada de tramitação da Mensagem nº 030 de 15 de janeiro de 2021 que “Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Suplementar por Anulação até o valor de R\$ 7.000.000,00 em favor da Unidade Orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES.”.

- Mensagem nº 034/2021 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que “Acresce dispositivo à Lei nº 4.916, de 15 de dezembro de 2020.”.

- Mensagem nº 035/2021 – Poder Executivo, comunicando abertura de Crédito Adicional Extraordinário por Anulação, por meio do Decreto nº 25.811 de 11 de fevereiro de 2021.

- Mensagem nº 038/2021 – Poder Executivo, encaminhando mensagem de agradecimento ao povo rondoniense, aos Poderes Legislativo e Judiciário. Bem como ao Ministério Público, Tribunal de Contas e Defensoria Pública pela parceria com o Governo Estadual no ano de 2020.

- Ofício nº 1725/2020 – Tribunal de Contas do Estado, comunicando a DM nº 0131/2020-GCESS no Processo nº 01591/2020, o qual trata de Procedimento Apuratório Preliminar acerca de possíveis irregularidades no Projeto de Lei nº 446/2020.

- Ofício nº 1.319/2020 – Advocacia Geral da Assembleia Legislativa do Estado, encaminhando decisão de Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 0803943-42.2019.8.22.0000 em face da Lei Complementar Estadual nº 933/2017.

- Ofício nº 1.346/2020 – Advocacia Geral da Assembleia Legislativa do Estado, encaminhando decisão de Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 0800075-22.2020.8.22.0000 em face da Lei Estadual nº 4.660/2019.

- Gabinete do Senhor Deputado Marcelo Cruz encaminhando justificativa de ausência da Sessão Ordinária do dia 01 de dezembro de 2020.

Lidos os Expedientes recebidos, Senhor Presidente.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Obrigado, Secretário. Passemos às Breves Comunicações. Com a palavra pelo prazo de 05 minutos sem aparte, e aí de forma rigorosa, 05 minutos, senhores deputados, porque nós temos uma lista aqui bem extensa de inscritos.

Convido para fazer uso da palavra, Deputado Dr. Neidson. Deputado Dr. Neidson. Vou colocar ele aqui depois. Vou inverter a pauta aqui.

Deputado Jhony Paixão.

O SR. JHONY PAIXÃO – Primeiramente dar boas-vindas aos nobres pares que aqui se fazem presentes e aqueles que estão na forma remota. A todas as autoridades que fizeram as breves considerações. Aos vereadores também aqui já citados. Fazendo, meu Presidente, neste momento, somente um apelo. Parece-me que eu e o Paulo Curi estávamos em sintonia. Paulo Curi, nós temos — e aí eu deixo também a atenção ao Governador do Estado, que também é militar — algo que sabemos que é de responsabilidade e normativa do Governo Federal. Porém, nós, com certeza, se unirmos forças junto à bancada federal, junto às Prefeituras, junto ao Ministério Público, nós vamos encontrar o meio termo.

Nós temos aí no Estado de Rondônia 778 militares, pessoas que foram vitimadas da Covid-19. Senhores, nunca morreu tanto militar em toda a história no Estado de Rondônia. Cinco militares foram mortos por conta da Covid-19, nos deixaram por conta desta pandemia. O vírus venceu. Nós temos militares da Reserva, pelo menos 23 deles. Eu sei que nós já perdemos, ao total, 31 militares até o momento por conta da Covid-19.

E, senhores, faço um chamamento, um apelo nesse momento. Há minutos, o senhor Cabo Elizeu, do 5º Batalhão, ele acaba de dar entrada na UTI, em estado grave. Policial militar. O fato, senhores, que nós fizemos um compromisso com a população de protegê-los mesmo com o sacrifício da própria vida. Porém, o militar, o policial militar, bem como o bombeiro militar, sair para atender as ocorrências e não ter tomado a vacina, isso não é servir a sociedade e dar a sua vida. Isso já se chama suicídio. É como se você falasse para o policial militar ir para um roubo a banco, um confronto direto com o traficante ou ladrão a banco, sem o colete salva-vidas. Inadmissível! Inadmissível! Impossível!

Eu fiz o compromisso com a sociedade de servi-los até se fosse necessário entregar minha vida, Presidente. Mas ir para um combate direto sem um colete salva-vidas? Aqui no município, aqui na capital, a linha de frente, que se chama SAMU, todos foram vacinados. Só que é o seguinte, Deputado Dr. Neidson: Ji-Paraná não tem SAMU, quem é que faz o atendimento ao doente? É o Corpo de Bombeiros. Ariquemes não tem. Guajará não tem, Vilhena não tem. Gente, pelo amor de Deus! Vocês estão mandando policiais militares e bombeiros militares para a guerra sem um fuzil e sem munição. Estão mandando para a morte.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Apenas 06 municípios no Estado de Rondônia têm SAMU.

O SR. JHONY PAIXÃO – Pois é. Aí, Presidente, o que acontece? Os bombeiros não foram vacinados.

E aí, agora, eu vou trazer um agradecimento. Nós entramos em contato com a capital, com o setor que cuida da imunização, e ela conseguiu incluir, Deputado Dr. Neidson — olha só a luta que foi para incluir, e graças a Deus eles conseguiram incluir — o piloto de avião que leva as pessoas vítimas da Covid-19 para fora do Estado de Rondônia. Pasmem! O piloto que leva as vítimas de Covid-19 para fora do Estado não estava imunizado. Então, nessa mesma vertente que o município abriu portas e abriu brechas, não é? E aí agradeço à capital neste momento, em especial ao setor de imunização. Que nós possamos aí também nesse mesmo viés, nessa mesma vertente, ampliar para atendimento aos militares e bombeiros militares que também são linha de frente. E, quando eu digo isso, Deputado Dr. Neidson, que vacine pelo menos aqueles que estão na rua, aqueles que estão indo atender a ocorrência. Sabe por quê? Eu vi o Dr. Paulo Curi falando: vão ligar para o 190 e para o 193 e, do lado de lá, não vão atender a ocorrência. Por quê? Porque vocês estão mandando os nossos militares, da forma como está, para a morte.

Então, peço um apelo neste momento: que a Assembleia Legislativa, junto ao Governo do Estado de Rondônia, a bancada federal, o Ministério Público, os órgãos de controle, que nós possamos ter um olhar especial para essa categoria. Policial Penal é um exemplo disso, Deputado Anderson. Também não foram vacinados. E estão diuturnamente combatendo lá, cuidando do sistema carcerário.

Então, deputados, agradeço a atenção de todos e peço — se o Governador estiver nos ouvindo, neste momento — que

nós possamos sentar e estreitar os laços e encontrar o meio termo para atender essa categoria, que é sim, deputados, linha de frente e estão colocando a sua vida em alto risco.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) - Para concluir, Deputado.

O SR. JHONY PAIXÃO – Obrigado, Presidente.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Obrigado, Deputado Jhony Paixão. Com a palavra o Deputado Dr. Neidson, por cinco minutos.

O SR. DR. NEIDSON – Obrigado, Presidente. Parabéns, Deputado Jhony Paixão. Nós falamos sobre isso também na semana passada aqui, numa Sessão Extraordinária, com relação às forças de segurança do nosso Estado de Rondônia, que não estão sendo vacinadas, principalmente o Corpo de Bombeiros.

Então, reiteramos novamente esse nosso pedido para que sejam incluídos como prioridade na imunização do Estado de Rondônia os nossos bombeiros militares, os policiais militares que realizam as ocorrências também.

Mas o que me traz aqui hoje a esta tribuna, Presidente e demais deputados, é que nós tivemos a reunião ontem, um dia atrás — foi ontem a reunião —, na Prefeitura Municipal a pedido de alguns comerciantes do nosso município de Guajará-Mirim. E pediram essa reunião para tratar de assuntos com relação ao Hospital Regional de Guajará-Mirim, para a conclusão da obra. Reuniram-se várias pessoas na reunião. Claro que não participaram todas, mas três pessoas foram escolhidas e participaram dessa reunião. E nos disseram que podemos intervir junto ao Governador. O que eles querem mesmo é uma reunião direta com o Governador, uma reunião presencial. Que deixem, assim, duas ou três pessoas entrarem, para que possam conversar com o Governador.

Mas nós tentamos amenizar a situação, e propus a eles que iríamos pedir, através da Comissão de Saúde — já comuniquei até a Deputada Cassia Muleta também —, para que possamos convidar os representantes do Governo do Estado, da Saúde e responsáveis pela obra do hospital para que possamos, na segunda-feira, estar no Município de Guajará-Mirim, prestar alguns esclarecimentos e dar a real situação à população com relação à construção, à conclusão, à licitação, ao início das obras do Hospital Regional de Guajará-Mirim.

Porque nós tivemos — eu já falei —, nós tivemos reunião com o Governador, com a Prefeita de Guajará-Mirim, já conversamos. O Governador disse que vai concluir essa obra até 2022, que já estaria licitado, que tem uma planilha que estava na Caixa Econômica. A Caixa Econômica aprovou a planilha, devolveu para o Governo do Estado. E essa planilha agora tem que ser encaminhada para a licitação. Já há todo o projeto para a licitação, através da Supel. Mas não tivemos mais nenhuma resposta com relação a isso, se já foi licitado, se já foi para licitação. Ficaram de nos encaminhar o valor total para a conclusão da obra do Hospital Regional. Ainda não nos foi encaminhado, através de outra reunião que nós

tivemos com o Secretário Fernando Máximo. E, nessa reunião, os comerciantes e a população pediram para que, na segunda-feira, estejam presentes os representantes do governo no Município de Guajará-Mirim para prestar esclarecimentos e dar prazos para conclusão e início dessas obras. E que se não ocorrer essa situação, eles vão trancar a BR, lá na BR, no nível do entroncamento, a BR 425. Não passa ninguém nem para o Acre, nem para a Ponta do Abunã, nem para Guajará-Mirim, nem para Porto Velho.

Então foi esse o recado que nos pediram para darmos aqui, através da Comissão de Saúde ou então aqui: se até segunda-feira não tiverem alguma resposta sobre a situação do início da obra do Hospital Regional para concluir essa obra lá no município, se não tiver alguém do Governo do Estado no município para se reunir com essa comissão da população que foi feita, eles vão trancar a BR lá no nível do entroncamento da BR 425 e a BR 364. Ninguém vai para Rio Branco, ninguém vai para o Acre, ninguém vai para a Ponta do Abunã, ninguém vai para Guajará-Mirim, ninguém volta para Porto Velho. Então foi esse recado que nos solicitaram e estamos aqui nesta tribuna trabalhando também, quero pedir o apoio de todos os deputados para que possamos trabalhar juntos essa situação e que possamos, realmente, juntos com o Governo do Estado, concluir a obra do Hospital Regional de Guajará-Mirim, que está passando por muitas dificuldades, principalmente...

A SRA. CASSIA MULETA – Deputado, o senhor me dá um aparte?

O SR. DR. NEIDSON – Já lhe dou, Deputada Cassia.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Infelizmente, Deputada Cassia, esse uso da palavra não prevê o aparte. E aí nós temos a inscrição aqui. Eu posso lhe inscrever aqui se a senhora quiser.

A SRA. CASSIA MULETA – Não, eu só queria fazer um comentário.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Ao final da palavra dele a senhora usa uma Questão de Ordem.

O SR. DR. NEIDSON – Isso. Então, esse foi o resultado da reunião. Conversamos, eu falei às pessoas que estavam nessa comissão qual era a situação, que já tinha retornado a planilha, já tinha sido aprovada pela Caixa Econômica e que o governo ficou de licitar. Ficou de encaminhar quais eram os valores totais que precisavam para concluir a obra e para colocar o hospital em funcionamento, que na última reunião nos falaram que eram R\$ 7 milhões. E já conseguimos o apoio do Deputado Léo Moraes. Vamos conversar com mais da bancada federal para que possamos conseguir mais recursos e também recursos da Assembleia Legislativa, que nós também temos a possibilidade de ajudar para concluir essa obra. Então seria isso. Quero pedir ao Governador do Estado que já possa encaminhar, nós vamos fazer aqui verbalmente um requerimento pedindo a presença de representante do governo. E se puder, até o Governador estar na segunda-feira em Guajará-Mirim para evitar esse fechamento da BR 425 e da BR 364 e darmos uma resposta, realmente, à população.

Nós falamos o que nos dizem aqui, as cobranças que nós fazemos, mas a população está cansada e não confia mais. Nós falamos, falamos, falamos todas as vezes o que nos é repassado aqui na Assembleia Legislativa, na Comissão de Saúde, o que os governantes nos passam e nós transmitimos à população, mas eles já estão cansados. Eles querem uma resposta certa, firme do Governo do Estado, do Governador — se puder estar presente —, mas que encaminhe alguém lá em Guajará-Mirim que possa estar presente e passar a situação real, quando vai dar início e quando vai terminar e colocar em funcionamento o hospital de Guajará-Mirim.

Seria isso, Presidente. Obrigado.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Obrigado, Deputado Dr. Neidson.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER – Questão de Ordem, Presidente.

A SRA. CASSIA MULETA – Questão de Ordem, Presidente.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Só para fazer um encaminhamento aqui, nós temos uma lista de deputados inscritos. Eu vou conceder a Questão de Ordem para a senhora deputada, mas antes deixa eu falar, e só para a senhora também, porque senão daqui a pouco a gente cria aqui um número de deputados pedindo Questão de Ordem e a gente vai criar um tumulto.

O próximo a falar é o Deputado Anderson Pereira. Aí nós vamos intercalar, os deputados on-line que já se inscreveram, nós vamos fechar também as inscrições que já passou aqui o limite de inscritos, mas nós vamos conceder a palavra ao Deputado Anderson Pereira agora, nós vamos ouvir a sua Questão de Ordem, e em seguida Deputado Laerte, depois Deputado Adelino e depois Deputado Lazineho.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER – Também queria uma Questão de Ordem, Presidente.

O SR. DR. NEIDSON – Presidente, só para concluir rapidamente. Ainda quero dizer também que nós temos 8 vereadores aqui na Assembleia Legislativa, lá de Guajará-Mirim, a gente está tentando marcar uma reunião com o Júnior Gonçalves, Chefe da Casa Civil, e o Secretário de Saúde para amanhã também. Não estão me atendendo, mas a gente vai tentar marcar essa reunião.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Obrigado, Deputado. Um minuto para Questão de Ordem.

A SRA. CASSIA MULETA – Eu quero aqui parabenizar o Deputado Dr. Neidson que desde o início do meu mandato que eu vejo ele lutando pela conclusão desse hospital em Guajará-Mirim. Eu quero parabenizar o senhor, Deputado, como deputado e como também faz parte da Comissão de Saúde. E dizer também que lá as pessoas de Guajará-Mirim me ligam, mandam mensagem para mim falando que não confiam mais em deputado, não confia mais em Governo do Estado em relação a esse hospital. Eu quero dizer, como deputada, e hoje como presidente da Comissão de Saúde, nós vamos estar juntos

com o senhor, lutando lá para ver se essa obra venha e saia do papel.

E outra coisa, pode contar comigo segunda-feira, quinta-feira, o dia que o senhor convocar a Comissão, nós estaremos lá para ver essa situação do hospital em Guajará-Mirim.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Obrigado, Deputada. Trinta segundos, Deputado Chiquinho.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER – Eu quero parabenizar o Deputado Dr. Neidson. Eu sou uma prova do trabalho que ele vem fazendo já pelo hospital, de muitos anos e o ano passado tivemos reuniões no Tribunal de Contas e ficou tudo acertado aqui na Comissão de Saúde com o Secretário e as coisas não estão andando. E o povo tem razão. Então, eu acho que Guajará-Mirim merece o apoio de todos nós. Guajará-Mirim precisa de uma mão da Assembleia Legislativa para a gente ajudar o município de Guajará-Mirim, tanto na saúde como na sua infraestrutura, que realmente é de fazer piedade.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Obrigado, Deputado Chiquinho. Deputado Anderson Pereira, com a palavra.

O SR. ANDERSON PEREIRA – Senhor Presidente Deputado Jean Oliveira, em nome de quem quero cumprimentar aqui todos os deputados, toda a imprensa presente, todos que estão aqui acompanhando esta 1ª Sessão Ordinária do ano de 2021, iniciando assim os trabalhos do Legislativo. E aqui quero aproveitar que no nosso site, no YouTube, várias pessoas estão participando on-line e mandando comentários. E o que me chamou atenção aqui é a respeito do fechamento de uma escola em Nova União e aqui a população está pedindo socorro. São vários comentários aqui no nosso link, a população clamando. O nome da escola é Manuel Francisco. Segundo estão falando aqui, isso aqui eu quero falar para a comunidade, que nós vamos apurar e tentar entender o que está acontecendo, o porquê do fechamento dessa escola, se existe algum fechamento para adequação, se é provisório, se não é. E assim a gente levar respostas. Estou comentando aqui, porque eu vi agora esse comentário, para que vocês tenham uma resposta da gente.

Mas uma questão que eu quero trazer hoje, nesta primeira Sessão aqui, é o que meus companheiros de trabalho têm trazido para mim, os policiais penais. Eu espero que o nosso Governador esteja ainda nos ouvindo, mas se não estiver, nós vamos levar como a gente tem levado para ele, para a Casa Civil, as demandas da nossa categoria da Polícia Penal no Estado de Rondônia, e o sentimento da categoria que eles transmitem para mim, como representante político, aqui dentro da Casa do Povo, é um sentimento de abandono.

Eu não vou falar aqui da estrutura. Pelo contrário. O próprio Governador, na sua fala, citou, e o seu trabalho ainda, enquanto Secretário de Justiça, em relação à estrutura, foi perfeito. Melhorou as viaturas, as condições, armamento novo, fuzil. Agora mesmo nós estamos mandando uma Emenda de R\$ 1 milhão para a compra de armas de porte para serem cauteladas para os servidores, para melhorar a sua segurança pessoal e da sua família, mas quando eles trazem esse

sentimento para mim, de abandono, eles estão trazendo um sentimento de abandono nos aspectos econômicos. Estão há mais de 8 anos sem reajuste de inflação. Estão numa situação financeira bem complicada. Às vezes eles têm que dar o jeito deles para poder melhorar o seu orçamento familiar. E, às vezes, esse jeito põe, às vezes, até em risco a vida deles, porque, infelizmente, tem que se fazer o chamado “bico”. Eu fiz muitos “bicos” quando ainda estava na minha atuação como agente penitenciário, na época; e hoje, como policial penal, essa realidade é uma das piores do Brasil.

E chegou agora, no Congresso Nacional, está tramitando no Senado, um projeto bomba que vai congelar o salário dos servidores. Inclusive, existe uma pegadinha no projeto, para esses reflexos chegarem nos Estados. Existem lobbies de governadores de outros Estados para que passe esse projeto do jeito que está lá no Congresso Nacional. Eu já estou fazendo contato com uns amigos, inclusive com a nossa federação, Fenaspem, que já está em Brasília, tentando uma articulação para não trazer mais prejuízo para o servidor público. O salário já está congelado desde que começou a pandemia e foi estrategicamente uma forma cautelosa de se fazer porque ninguém sabia quais seriam os reflexos da pandemia na receita estadual. Então, o Governo Bolsonaro, através do Ministro da Economia, Paulo Guedes, fez o projeto de lei, encaminhou ao Congresso, foi aprovado e congelou. E agora, uma nova medida, e o peso para cair na conta do servidor público que já está massacrado, não é? E a nossa categoria vem sofrendo há anos com isso. Recentemente, com a perda do auxílio-covid, que foi concedido aos profissionais de segurança, e naquele momento eu até entendi o parecer da Procuradoria, porque a lei que nós aprovamos, que foi enviada pelo Executivo, previa o auxílio-covid para quem estava no tratamento, para quem estava no combate ao covid, e não havia o entendimento de que o sistema prisional estaria, como também o sistema socioeducativo, e nós fizemos algumas alterações para tentar alterar a lei, mas a lei do congelamento já estava aprovada em Brasília, não tinha mais o que se fazer.

Então, a minha mensagem para o Governador, a gente tem levado algumas ideias para ele. Outro dia, juntamente com o nosso Presidente, Alex Redano, nós conversamos pessoalmente com o nosso Governador. Ele esteve aqui na Casa, na Presidência, e nós levamos algumas ideias para que a gente possa emplacar algumas questões que vai melhorar essa situação que hoje, os policiais penais estão vivendo aqui no nosso Estado. E isso o governo ficou de analisar.

A gente tem dialogado também, via Casa Civil, para que a gente possa conseguir esse êxito. E eu espero essa sensibilidade por parte do nosso Governador, que conhece bem, conhece muito bem, o sistema prisional. Tem muitas pessoas que trabalham, que são da linha de frente do Governo, do primeiro escalão, que conhecem o sistema prisional, que são de dentro do sistema prisional, e tenho a certeza de que ele vai ter essa sensibilidade e que essas pautas que a gente tem levado, a gente tem sentado, e com a consciência do momento que nós estamos vivendo, que não é nada para agora, é tudo para o futuro, mas tem como fazer quando se faz planejamento, a gente espera ser atendido. Mas precisa ter o

planejamento. E nós vamos trabalhar, continuar ajudando neste ano de 2021, enquanto Deus nos permitir vida, e vida nós temos perdido muitas, infelizmente. Todos nós já perdemos alguém próximo, por esse maldito vírus, e nós vamos continuar lutando com esse objetivo para que a gente consiga, com isso, ajudar ainda mais o nosso Estado. Ajudar a nossa economia a melhorar, como a Comissão criada pelo Presidente da Assembleia, que nós vamos tentar reunir amanhã com os empresários para que a gente possa salvar empregos, salvar a economia e a gente conseguir tocar a máquina. A máquina é muito cara e o custo da máquina quem paga é o empresário. E se a gente não se unir e fortalecer a economia mais ainda do nosso Estado, aquilo que a gente tem trabalhado junto com o Governo do Estado, a gente não vai conseguir avançar nas pautas.

(Às 16 horas e 37 minutos, o Senhor Jean Oliveira passa a presidência para o Senhor Marcelo Cruz)

O SR. MARCELO CRUZ (Presidente) – Deputado, conclua a sua fala.

O SR. ANDERSON PEREIRA – Por isso, eu encabecei estar nessa Comissão, junto com os demais deputados, para que a gente possa achar caminhos para salvar a economia e conseguir avançar nas pautas que a gente tem levado ao governo e ajudar quem sustenta o serviço público, que é o servidor público. Obrigado e desculpe que eu estava esperando a sirene tocar, mas não tocou, eu continuei. Obrigado, Presidente.

O SR. MARCELO CRUZ (Presidente) – É que o assunto estava, muito importante a pauta, e acabou excedendo um pouco mais o seu tempo. Parabéns, Deputado Anderson.

Com a palavra, o Deputado Adelino Follador, por cinco minutos sem aparte.

O SR. ANDERSON PEREIRA – Obrigado, Presidente Marcelo Cruz.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Senhor Presidente Marcelo Cruz, para nós é um prazer, para todos os deputados aqui presentes, as pessoas que estão on-line; Rafaela Batista, nossa amiga Vereadora; Vereador Ivan também; para nós é um prazer estar aqui hoje nesta tribuna e trazer várias reivindicações, vários temas importantes que nós já encaminhamos nessa semana, nós precisamos, com certeza, registrar nesta Casa.

Mas, hoje, temos o aniversário do Rotary Club que faz 116 anos. Então, o Rotary fez um grande, no Brasil todo, no mundo, e também hoje tem muitos trabalhos sociais. Então, queria deixar aqui registrado que hoje é o aniversário de 116 anos do Rotary no mundo e, aqui no Brasil, especialmente, em Rondônia também que nós participamos. Vimos muitas pessoas fazendo trabalho social, também queremos deixar aqui registrado.

Nós sabemos que no dia 20 de fevereiro, agora, foi o dia do aniversário da Ceplac, 64 anos. Nós que viemos para Rondônia não conhecíamos cacau, viemos aqui, fizemos um trabalho e plantamos cacau lá em 1977, pioneiro. Muitas pessoas

aqui, naquele tempo, sobreviveram com o cacau. Conseguiram hoje ter a suas propriedades em função da renda do cacau. Então, nós temos uma história, com certeza, e a Ceplac teve uma participação desde o começo, em que trouxe o projeto, trouxe a experiência do cacau e hoje está se tornando também uma opção muito boa para a agricultura familiar. Então, as pessoas que têm mão de obra própria para diversificar também a sua lavoura na propriedade, está sendo uma opção muito importante. E hoje o cacau clonal, que é resistente à vassoura de bruxa e tem uma grande produtividade, hoje está sendo muito importante no Estado de Rondônia. Então, deixar registrado aqui, 64 anos de história da Ceplac hoje, no Brasil, e também de história aqui em Rondônia.

Nós estivemos também reiterando essa semana, ontem estava conversando com o pessoal, com o senhor João Carlos, que é da Receita Estadual, reiteramos, já conversamos com o Governador, com a Casa Civil, com a Sefin sobre vários Estados no Brasil que já fizeram redução da cesta básica, o ICMS da cesta básica. Nós precisamos retomar. Ontem o Governador determinou à Casa Civil para fazer os estudos e disse que agora está “nos finalmentes” e agora também outros Estados aprovaram também. Então, não precisa abrir mão de receita, é só não tributar aquilo que está aumentando. Aquele produto, Deputado Marcelo, que valia R\$ 40,00 o quilo, agora foi para R\$ 80,00 dobrou o imposto também. É só abrir mão de uma parte desse imposto que foi aumentado nos últimos tempos, que eu acho que estaria contribuindo com o produtor, dá 3%. Então, acho que já são 12 Estados que aprovaram. Agora, o Maranhão aprovou essa semana passada e nós precisamos que também Rondônia se preocupe com isso. O pobre, a pessoa simples, a pessoa com salário mínimo, a pessoa com dificuldade, pessoal com auxílio estão encontrando dificuldade em ir no mercado e comprar as coisas. Então, nós precisamos que o Estado se preocupe com essa situação também. Então, nós já fizemos uma Indicação no mês de novembro do ano passado. O Governador falou que ia mandar fazer um estudo, a Casa Civil mandou. E ontem eu falei para o senhor João Carlos que estão agora, entregando esse estudo e com certeza tem viabilidade. A arrecadação do ano passado não diminuiu. Então, a arrecadação do Estado tem condições, porque aumentou muito o material de construção, o mercado, e automaticamente, os impostos também. O combustível quanto que não aumentou? Também tem que ser discutido. Não pode tirar tudo? Tira um pouco. Vamos dialogar para que a gente consiga.

Nós também fizemos um pedido ao pessoal, que priorize — à Secretaria de Saúde — a questão dos motoristas de ambulância. Não são muitos. Eles têm que ter prioridade agora para ser vacinados. Todo pessoal da Saúde está sendo vacinado. Pessoal do Samu, pessoal das ambulâncias, os motoristas não estão sendo priorizados. Os coveiros, que estão lá enterrando as pessoas que estão contaminadas também precisam. E não são muitos. É possível incluir.

E, também, quero aqui registrar que nós estivemos hoje cedo também no DNIT fazendo uma visita, cobrando a 364, buraco que está continuando. Já vou encerrar, Presidente. Até

elogiamos no ano passado, que estava fazendo um trabalho de qualidade, melhor do que estava fazendo. Mas alguns trechos, essas empreiteiras, e eu cito mais uma vez Itapuã do Oeste. Que vergonha passar ali em Itapuã do Oeste! Para todo mundo aquela dificuldade. E diz o Dr. André, que é o chefe hoje do DNIT, que graças a Deus parece que já agora a empreiteira já vai tirar aqueles pontos críticos. Também naqueles trechos que foram feitos agora, disse que vai ser feita mais uma camada ali na região de Ariquemes, Nova Vida, ali próximo de Ariquemes. Está aqui a Vereadora que esteve junto comigo e nós vimos lá e cobramos, porque foi feito em menos de 06 meses. Como é que tem buraco? Não pode ter buraco em 06 meses. Então, nós cobramos várias situações.

E a sinalização também lá na Cajazeira, na frente da escola Moulaz lá, onde tiveram vários acidentes. Inclusive parabenizar a Prefeitura de Ariquemes, que cedeu, foi lá ajudar a colocar as manilhas, a Polícia Rodoviária Federal e o DNIT também deram apoio e foram colocadas aquelas manilhas e tal, mas precisa sinalizar melhor. E também o Dr. André prometeu que vai agilizar essa sinalização para poder evitar novos acidentes lá. Muito obrigado.

O SR. MARCELO CRUZ (Presidente) – Muito bom, Deputado. Com a palavra, Deputado Crispin. Logo após, Deputado Laerte Gomes. Segura um pouquinho, Deputado, que está on-line, e tem um compromisso, mas o Deputado Crispin estava na frente.

O SR. ISMAEL CRISPIN – Senhor Presidente Deputado Marcelo Cruz, senhores deputados, senhora deputada. Cumprimentar aqui o público que nos assiste em nome do Vereador Natan, que é do meu partido lá no Município de Alta Floresta e que nos acompanha no dia de hoje.

Senhor Presidente, vou ser muito breve aqui, talvez não use os cinco minutos disponíveis para este momento de fala. Gostaria só de ressaltar aqui uma preocupação enquanto pai e enquanto cidadão da proposta do retorno às aulas presenciais. Ouvi atentamente o Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, quando de até uma certa defesa para esse retorno. O que me preocupa muito, porque talvez, neste momento, não esteja sendo considerado o pai, o avô, que recepciona esse aluno de volta em casa. Há uma preocupação — e deve existir — em relação aos profissionais, aos professores, à merendeira, à zeladora, essa preocupação tem que existir e é fato. Há uma preocupação em relação ao déficit de aprendizagem. Isso é muito real. Nós já estamos — antes da pandemia já existia esse déficit —, agora com a pandemia isso aumenta e muito. Agora, gostaria de ponderar que entre o déficit de aprendizagem e o déficit de vida, que é o que estamos vivendo neste momento, muitas vidas nós estamos perdendo em razão da pandemia da Covid-19. O déficit de aprendizagem poderá, com certeza — é claro — é um dano, porém reparável. Agora, quando nós perdemos a vida de um ser humano — quando muitas famílias nesse momento sentem a ausência do pai, sentem a ausência da mãe, sentem a ausência do filho — esse dano é irreparável. Me preocupa, no entanto, o posicionamento não só do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia. Eu li uma matéria recentemente, também um posicionamento do Ministério Público

e, claro, de deputados daqui da Casa. Gostaria, então, que se isso vier a avançar no Estado, que seja discutido de uma forma muito ampla, muito além dos nossos funcionários, que nós precisamos ter muito cuidado com eles neste momento de embate à Covid-19. E que a preocupação seja maior com a vida do que com o déficit de aprendizagem proposto neste momento, infelizmente, pela pandemia, Senhor Presidente. Essa é a minha palavra.

O SR. MARCELO CRUZ (Presidente) – Com a palavra, o Deputado Laerte Gomes.

(Às 16 horas e 55 minutos, o Senhor Marcelo Cruz passa a presidência ao Senhor Jean Oliveira)

O SR. LAERTE GOMES (Por videoconferência) – Obrigado, Senhor Presidente.

Querida aqui, primeiro, saudar todos os deputados; parabenizar a Mesa Diretora; desejar muito sucesso neste biênio iniciando hoje. E desejar a nosso Presidente pronta recuperação, Deputado Alex Redano (...) também o Deputado Alan Queiroz (...) **(falhas na transmissão)** esses momentos difíceis se recuperando deste mal que é a Covid.

Querida dizer, Senhor Presidente, cumprimentar todos os deputados (...) **(falha na transmissão)**. Porém, nesse (...) no Estado de Rondônia (...) e dizer que algumas (...) elas avançaram, como aqui (...) **(falhas na transmissão)** Vale do Paraíso, e na região, mas alguns precisam urgentemente de um trabalho, como foi o caso da RO 137, no trecho de (...) **(falha na transmissão)** está esburacado. Solicitar ao nosso diretor do DER que possa fazer lá um serviço. A gente sabe que agora, neste momento, é difícil fazer recapeamento, mas dá para fazer um trabalho de (...) **(falha na transmissão)**, também na RO que liga o Município de Nova Colina.

Também a mesma questão, eu falo da questão da Linha Capa Zero, da Linha 50 sentido a 09, sentido Nova Brasilândia. Uma parte, chegando em Nova Brasilândia está (...) **(falha na transmissão)** mas já é alguma coisa. Até a metade da 09 está intransitável. Fazer um trabalho lá, de estrada de chão, mas que infelizmente as condições estão muito precárias de trânsito para os nossos produtores.

Dizer também da 429. Eu ouvi vários deputados, Deputado Ismael Crispin cobrando. Nós estivemos lá. Infelizmente, o Município de Alvorada do Oeste, mais especificamente (...) **(falha na transmissão)** (...) São Miguel, está uma vergonha. Precisamos cobrar o DNIT. Nós já deixamos o DNIT ir embora de Rondônia, hoje no Amazonas, temos só escritório em Porto Velho. Representação no Amazonas. E, infelizmente, é uma vergonha.

Concordo com o Deputado Adelino Follador também da BR-364, sentido Itapuã, uma vergonha. E precisa-se urgentemente fazer um serviço na BR-429, aquela região que é uma das maiores produtoras de grãos do Estado e da pecuária. Infelizmente está muito difícil escoar, porque as condições de uma BR federal, nova, estão horríveis.

Dizer também... Eu ouvi o Deputado Anderson Pereira aí falando, antes de entrar na Covid, Deputado Anderson, parabenizar pelo seu discurso, pela tua luta aí em defesa dos policiais penais e tantas outras categorias, e também dos empresários, mas é bom lembrar que quem paga o imposto, Deputado Anderson, não é o empresário. O empresário simplesmente arrecada o imposto que está embutido na mercadoria que ele vende. Quem paga o imposto é o cidadão. É o cidadão. É esse que nós precisamos fazer uma defesa muito forte, dele, neste momento.

E eu até vi algumas matérias de algumas Assembleias de alguns Estados. Hoje nós tivemos uma decisão muito importante, ainda não terminou. Nós temos uma decisão do STF — uma decisão importante —, em que o STF permite que Estados e municípios possam comprar, fazer aquisições de vacinas. Está com seis votos favoráveis, já formou maioria. Essa é uma decisão muito importante, até porque o próprio STF já deu o direito aos Estados e municípios legislarem sobre a questão de combate à Covid — fazer seus decretos, sua legislação. E agora, se não for cumprido o Plano Nacional de Vacinação pelo Ministério da Saúde — esse julgamento deve encerrar na semana que vem —, os Estados e municípios podem fazer aquisição de vacinas para vacinar a população.

Eu acho, Deputado Lazinho, que essa é uma decisão importantíssima. Não tem prioridade maior neste momento do que imunizar a nossa população. Nós estamos vendo o esforço do Governador Marcos Rocha, do Secretário de Saúde, acompanhando, em criação de leitos de UTI, no combate à Covid. Também, da mesma forma, os prefeitos. É uma luta inglória, em que a cada dia uma nova cepa, os casos estão aumentando muito. Então, o único meio que a gente vê, definitivamente, para resolver isso é a vacinação. Com essa decisão do STF eu acho que os Estados e os municípios podem priorizar, também contribuir na aquisição de vacinas.

Alguns Estados já estão caminhando, como o Rio Grande do Sul, que já encaminhou projeto para a Assembleia Legislativa, o Governador do Rio Grande do Sul, solicitando à Assembleia Legislativa uma readequação do orçamento para que, se o Ministério da Saúde não cumpra o cronograma de vacinas para vacinar a população, o Estado possa mexer no seu orçamento para fazer essa aquisição.

Hoje nós tivemos laboratórios — a Pfizer e outros laboratórios — já aprovados pela Anvisa e que estão aí já prontos para vender vacina.

Então, eu acho que precisa se pensar nisso. O Governo do Estado, com a Assembleia, a gente pode sentar e priorizar investimentos agora na aquisição de vacinas. Eu acho que é o único mecanismo para nós termos tranquilidade e voltar à vida normal — não é? —, com uma economia forte, com uma economia crescendo — que nossa economia é muito forte —, e também, como eu vi aí alguns, a preocupação do Deputado Ismael Crispin, na volta às aulas.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Para concluir, Deputado.

O SR. LAERTE GOMES (*Por videoconferência*) – Com isso, também se resolveria esse problema. E caso o governo tome essa decisão, tem todo o meu apoio, porque eu acho que a prioridade “zero” hoje — não é nem “um”, é “zero” — é a vacinação.

Então, eu queria deixar isso aqui, Senhor Presidente. Agradecer o espaço. Deixar aí, mais uma vez, estamos à disposição, como deputado estadual que eleitos fomos para contribuir. A gente sabe o tanto que a população de Rondônia tem sofrido, são mortes e mais mortes e essa Covid agora chegando muito próxima da gente, muitas pessoas conhecidas perdendo a vida. Então a gente sabe que tem muitos casos, casos aumentando, não tem estrutura de saúde que dê conta, porque realmente nós estamos no pico. Por isso que eu volto a dizer que hoje nós temos uma decisão importante no STF que, assim que concluída, dá liberdade aos nossos governadores e prefeitos de poderem contribuir e fazer, eu acho que é o maior investimento que se faz, não existe investimento maior e melhor do que na vida.

Então eu quero deixar isso e agradecer mais uma vez e parabenizar a Mesa Diretora, desejar muita sorte, muito sucesso, que Deus possa abençoar vocês, que tenham um bom ano legislativo, juntamente com todos nós colegas deputados. Obrigado, Senhor Presidente.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Obrigado, Deputado. Deputado Lazinho da Fetagro para fazer uso da palavra.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (*Por videoconferência*) – Obrigado, Senhor Presidente. Eu quero, em primeiro lugar, cumprimentar Vossa Excelência, cumprimentar a todos os nossos deputados presentes e on-line, quero cumprimentar o nosso Governador, que participou também desta sessão. E dizer que quero, em primeiro lugar, me solidarizar com toda a população, todos os pais e mães de alunos da Escola Manuel Francisco, lá de Nova União. Escola essa que está sendo fechada pela nova administração. E eu quero dizer que o momento, na minha visão, não é o momento de fechar escola. Eu peço para que o prefeito possa rever essa situação. Então, eu deixo aqui esse pedido, de público, porque nesta pandemia, as escolas, de forma nenhuma, poderão ser fechadas porque, na minha visão, quando voltarem as aulas, essas aulas terão que ser aulas presenciais e precisarão de espaço. Então, começo por aí.

Com relação à volta às aulas. E aí, quando a gente fala depois dos nobres deputados a gente repete, mas eu tenho que repetir. Volta às aulas, a nossa maior preocupação agora tem que ser com a vacinação do nosso povo. Por que você volta às aulas, faz um decreto de isolamento social e vai liberar os alunos para irem para a escola? Aonde é que nós vamos ter isolamento social com os alunos nas escolas voltando para casa? Os pais desempregados, as mães desempregadas por falta de emprego causada pela pandemia. Então, eu quero pedir para que o nosso Governador do Estado, os nossos Secretários, os nossos deputados reflitam sobre a necessidade prioritária de a gente utilizar o que o STF está deliberando agora com relação à compra de vacinas, passando para os

Estados, como disse o Deputado Laerte. E isso sendo concretizado, a gente possa priorizar no Estado a vacinação do nosso povo. O Estado de Rondônia não vai gastar R\$ 50 milhões para comprar as vacinas. Tendo essa autorização, nós vamos ter capacidade de poder discutir a volta dos nossos camelôs a trabalhar, a volta dos nossos empregados liberais poderem trabalhar, os nossos funcionários poderem trabalhar, os da segurança, o Corpo de Bombeiros, os da Saúde, os professores, as professoras, os pais e os alunos. Eu acho que é isso que nós temos que fazer: conclamar as nossas instituições do Estado, para que, ao invés de estar preocupados neste momento com a perda do ano do aluno, se preocupar também com a vida desses alunos e dos pais que estão em casa. E a gente fazer juntos um mutirão para sensibilizar imediatamente o Governo Federal com a lei do STF, a aprovação de uma lei no Estado para que a gente possa criar o programa estadual e vacinar toda a nossa população. Nós já somos o segundo Estado no Brasil de infecção pela nova variante. Se vocês prestarem atenção, isso é muito preocupante. Então, nós temos que tratar neste momento de vacinar o nosso povo.

Quero pedir isso, deixar esse alerta para que a gente discuta a volta às escolas, a volta presencial às aulas, porém a gente priorize a vida, priorize o emprego dessas famílias, desses pais, dessas mães que não podem trabalhar por causa do desemprego.

A partir do momento que nós tivermos a nossa população toda vacinada, com certeza nós vamos começar a superar todos os problemas que nós estamos encontrando: déficit escolar, da economia, de uma forma geral, tudo o que está prejudicando nosso povo.

Deixo aqui esse pedido. Parabênizo o nosso Secretário pela consciência, o nosso Secretário de Educação, pela consciência que ele tem no trabalho de conduzir a nossa educação no Estado. Aos professores, ao Sintero pela luta em defesa dos nossos professores. E nós temos que fazer a luta em defesa dos pais, das mães, dos professores, de toda a população do Estado de Rondônia. Esta é a nossa obrigação. Essa é a obrigação do governo e da Assembleia Legislativa e de todas as instituições do nosso Estado.

Obrigado, Senhor Presidente.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Obrigado, Deputado Lazinho da Fetagro, e parabéns por respeitar o tempo.

Deputado Marcelo Cruz com a palavra.

O SR. MARCELO CRUZ – Rapaz, esse sininho aí, dá choque, hein? Cumprimentar aqui o Deputado Jean, os pares que se encontram aqui no plenário, cumprimentar a todos que estão nos assistindo em casa, no trabalho, pelo seu celular, mas o motivo da minha vinda aqui nesta tribuna é um motivo muito importante e que está em evidência, não só no Estado

de Rondônia, como no Brasil. A gente sabe que o Governo Federal encaminhou um projeto de lei, diminuindo a incidência dos impostos nos combustíveis. Eu venho aqui nesta tarde pedir o apoio dos deputados estaduais, tanto do nosso Governador do Estado de Rondônia, que tem uma sensibilidade com o nosso povo do Estado. A gente sabe que já tem alguns Estados que já estão discutindo, Deputado Chiquinho, sobre a incidência, sobre a diminuição do imposto do combustível. A gente sabe que isso é um gargalo, a gente sabe que isso é um problema de anos. A maioria de nós aqui, que está nos ouvindo, tem sua moto, tem seu carro, e sabemos que tudo gira em torno do Executivo. Tanto a alimentação, o transporte, e eu venho aqui pedir para o nosso Governador do Estado de Rondônia. Eu não estou dizendo aqui que eu quero que diminua e faça a extinção de todo o imposto do nosso combustível. Mas eu estou pedindo aqui para que possamos discutir esse assunto. A gente sabe que o Bolsonaro, o Presidente, e o Governador são muito alinhados, e o Bolsonaro prometeu zerar o imposto de gás de cozinha e o diesel. E daqui que o Governador comece a fazer uma discussão, tanto com os deputados estaduais, ou monte uma comissão, para que a gente possa diminuir, que seja 1%, que seja 2%, gradativamente. Esse é o meu pedido, que eu quero deixar registrado aqui nos Anais desta Casa. A gente sabe que o povo continua pagando seus impostos e tem muita gente que está desempregada, Deputado Chiquinho, desempregada, passando fome. Eu acho que este é o momento de a gente ter uma sensibilidade no nosso coração e ajudar os nossos amigos, para a gente até gerar mais emprego, que eu tenho certeza que, diminuindo o combustível, eu tenho certeza de que o alimento vai diminuir, a roupa vai diminuir, eu não tenho dúvidas disso. Então eu peço uma reflexão, uma união e uma compreensão para que o Estado de Rondônia se junte ao Governo Federal e possamos diminuir o nosso combustível no Estado de Rondônia. Fica aqui a minha súplica, o meu clamor, que o Governador Marcos Rocha se sensibilize com essa questão que está sendo discutida no Brasil inteiro.

Outro assunto que eu quero trazer aqui, muito rapidamente, inclusive, o Deputado Jean Oliveira, acho que há uns 15 dias atrás, esteve também lá no bairro de Jardim Santana, e a gente sabe do problema que está acontecendo naquela região. Deputada Cassia, o bairro Jardim Santana, aqui de Porto Velho, é um dos maiores bairros que existem em Porto Velho. Lá naquela localidade, existe muita criminalidade. Isso não é segredo para ninguém, na sua grande maioria, os porto-velhenses sabem que é um bairro perigoso. Ali naquela região, Deputado Chiquinho, tem o setor chacareiro, que Vossa Excelência conhece muito bem, inclusive, a primeira vez que eu vi Vossa Excelência falando foi no setor chacareiro, enquanto ainda era presidente da Emater. E eu estou muito preocupado porque foi retirado o posto policial, a base policial foi retirada daquela localidade. E eu fiz uma ligação para o Comandante Almeida, ele disse que poderia discutir sobre o

assunto, e eu estou muito preocupado, porque a sensação de insegurança naquela localidade está demais. Eu tenho recebido muitas ligações, dos empresários, dos moradores daquela localidade. Eu liguei hoje, para o Major Suffi e ele mandou um representante hoje lá no bairro Jardim Santana. E ele falou para mim que tem um projeto que eles estão montando, na questão e câmeras, Deputado Jean. Que projeto maravilhoso! Muito bacana. Mas só que esse projeto, sim, a gente vai fazer um investimento, vai colocar Emendas, mas, Deputado, até esse projeto, realmente funcionar, até ele ser implantado, quantas coisas poderão acontecer naquela localidade? E a explicação deles foi muito boa, Deputado Chiquinho, dizendo que os dois policiais que ficam na base policial, eles vão ficar rondando. Acontece que com a base policial naquela localidade, passa mais segurança, tranquilidade para as pessoas. O bandido, quando ele passa na frente da base policial, ele já começa a tremer. E o meu pedido, que eu faço aqui para o Comandante Almeida, para o Governador Marcos Rocha, que conhece muito dessa parte de segurança pública, é que volte, que se reative a base policial daquela localidade.

Eu me lembro do ano de 2007. Eu fui para uma inauguração, era ainda o prefeito Roberto Sobrinho. Deputado Jean, mais um minuto e eu concludo, Presidente.

Eu me lembro que eu fui nessa inauguração e foi uma praça poliesportiva do bairro Jardim Santana. Que coisa bacana! E naquele momento foi construída aquela base policial. E a gente vê nos olhos da população daquela localidade o temor e a preocupação, porque ali tem o Orgulho do Madeira, existem várias, eu posso dizer assim, que é, tipo, comunidades. E precisa ter realmente, ali tem pessoas de bem, trabalhador, empresário, e a gente precisa realmente levar e pedir para o Governador essa demanda e eu peço ajuda dos deputados para que possa ativar o posto policial.

Amanhã eu vou tentar marcar uma reunião com o Comandante Almeida para que nós possamos, de fato, ativar aquele posto policial. Eu quero dizer para todos os moradores do bairro Jardim Santana que nós estamos juntos e eu tenho certeza que vamos sensibilizar tanto o Governador, como o Comandante Almeida para que volte a base policial. Muito obrigado. Deus abençoe.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Obrigado, Deputado Marcelo Cruz. Com a palavra, a Deputada Cassia Muleta. Até que a Deputada Cassia Muleta vá à tribuna, eu só queria aqui dizer que eu participei dessa reunião, junto com o Deputado Marcelo Cruz. No dia em que eu estive lá, o Deputado não pôde ir e hoje ele traz, menciona aqui o ocorrido da última reunião. A última reunião que nós tivemos nós tratamos que hoje, dia 23, o Comandante da Polícia, o Major Suffi, estaria presente na comunidade para poder debater esse projeto com a população, para atender o setor chacareiro e também o comércio, o setor comercial ali do bairro Jardim Santana.

Infelizmente, o Deputado Marcelo Cruz está trazendo notícia aqui que o Major Suffi não foi, mandou um representante. Quem conhece esse projeto bem é o Major Suffi.

Então, nós precisamos nos debruçar, enquanto esse projeto caminha, nós precisamos de uma atitude para o momento. Nós precisamos, com certeza absoluta, rever essa atitude de retirar os policiais dali da base do Jardim Santana. Retomar essa base e após o projeto do videomonitoramento ser concluído, aí sim, a gente tira os policiais e passa ter uma patrulha de vigilância com a viatura.

Deputada Cassia Muleta.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER – Só uma Questão de Ordem, Presidente? Só um minuto.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Vamos ouvir o Deputado Chiquinho.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER – Eu quero parabenizar o Deputado Marcelo Cruz que trouxe dois temas muito importantes, que é a questão do ICMS do combustível e o Governador deve tratar isso com muito carinho. Porque quando você pode, Deputado Marcelo, pode perder de um lado, mas ganhar do outro. É uma questão de a gente discutir bem isso, que dá para se fazer alguma coisa, dá para gerar muito emprego, talvez com essa perda de ICMS, mas gerando emprego em outras situações, que vai dar para o governo arrecadar. Ele tira o ICMS que vai ajudar muito as pessoas, a questão do gás de cozinha, a questão do diesel, principalmente, que vai atender o produtor rural, vai atender os caminhoneiros e pode, com isso, gerar muita riqueza para o Estado. E com isso, nessa geração de emprego e renda, vem o ICMS que o Estado tanto precisa. A gente sabe que é um tema polêmico, difícil, não é fácil para o Governador, porque a arrecadação do ICMS do combustível é uma das maiores fontes do Estado. Então, tem que tratar isso com muita responsabilidade para que a gente e não prejudique o andamento da Saúde, da Educação, enfim, de todos.

E o outro tema foi a questão da segurança no bairro Jardim Santana, que é um bairro extremamente populoso de pessoas do bem. Nós precisamos de segurança. Nós teríamos que aumentar, não tirar. Não tem lógica, entendeu? Como é o caso do Orgulho do Madeira. Nós temos é que fortalecer essas bases para evitar o crime, para evitar algumas coisas, porque ali moram pessoas do bem, pessoas que trabalham muito. Então, Deputados Marcelo e Jean, parabéns pelo tema.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Obrigado, Deputado Chiquinho.

Deputada Cassia Muleta com a palavra.

A SRA. CASSIA MULETA – Quero aqui cumprimentar a todos os deputados presentes; quero cumprimentar o nosso

Presidente Deputado Jean Oliveira, presidindo a Sessão hoje, parabéns; cumprimentar o nosso Deputado Marcelo Cruz, que também faz parte desta Mesa, desta nova gestão que está iniciando hoje. E desejar melhoras para o nosso Presidente Alex Redano, que também está com Covid. Como eu já peguei, eu sei como é difícil essa situação, eu quero aqui desejar melhorar para ele, que logo ele estará aqui junto com a gente. Quero cumprimentar o Deputado Chiquinho, meu amigo, sempre nos apoiando; nosso querido Deputado Dr. Neidson, aqui presente. E dizer para a nossa população que hoje começa uma nova gestão aqui da Assembleia Legislativa, em que eu fiz parte no passado da Mesa, dois anos. Hoje começa com a nova Mesa, aqui. E desejo toda a sorte do mundo para esta nova gestão. Tenho certeza que nós estaremos trabalhando sempre juntos. Quero cumprimentar, aqui, também minha amiga, Vereadora de Ariquemes, Rafaela do Batista, que estava aqui presente; também em nome dela cumprimento todos os vereadores aqui presentes.

Quero, aqui, Presidente, dizer para a nossa população que hoje estou assumindo, nesta gestão de dois anos, a Comissão de Saúde da nossa Assembleia Legislativa. E dizer que todos podem contar comigo e estarei à disposição de todos vocês, deputados, como da nossa população. Quero também cumprimentar os nossos funcionários da Casa, todos vocês, sempre prestando um belo trabalho, atenciosos com todos nós, com toda a população que chega, aqui, na Assembleia. E quero dizer, Deputado Dr. Neidson, que eu sempre vejo no senhor a empolgação que o senhor tem, a vontade ajudar a nossa Saúde, aqui do Estado de Rondônia, especialmente, na região do senhor, que é Guajará-Mirim (gente, eu vou tirar isso daqui, porque eu não consigo falar com máscara). Eu quero dizer que o senhor pode contar comigo. Eu tenho certeza que o senhor não vai ser vice-presidente, nem eu vou ser presidente, nós vamos estar ali fazendo um trabalho juntos em prol da nossa população e da nossa Saúde, aqui, que é um momento triste, é um momento tenso no Brasil todo e no nosso Estado o que está acontecendo hoje. Tenho certeza que com todo o apoio que o senhor dá, a influência que o senhor tem de estar ajudando aquela população de Guajará, tenho certeza que essa situação do hospital de Guajará vai se concluir nestes dois anos. Eu vejo a luta do senhor, que o senhor tem desde o início do mandato que eu tive aqui, mas o senhor já vem lutando isso desde o seu mandato passado, e eu tenho fé que isso acontecerá nestes 02 anos, como o senhor falou.

Mas eu vim aqui, Presidente, hoje aqui na tribuna, dizer aqui e chamar a atenção do DER do nosso Estado de Rondônia. E eu quero cumprimentar o Diretor do DER, o Elias Rezende, que vem fazendo um belo trabalho para a nossa grande Rondônia, onde ele está aí fazendo e fazendo a diferença

mesmo. Lugares que tinham 12, 10 anos que estavam terríveis, intransitáveis, hoje nós temos boas notícias. Como eram os morros, as ladeiras, conhecidos lá na Região de Tarilândia, que ficou ali 10 anos no governo passado e hoje, graças a Deus, está concluindo essa obra. Quero parabenizar o Diretor Elias Rezende e o Governador Marcos Rocha.

Mas, infelizmente, onde faz um lado acontece outro que está pior. Nós temos ali, Deputado Chiquinho, que o senhor conhece muito bem a RO-463, que liga Jaru a Jorge Teixeira. Nós temos a situação de uma ponte que há 6 meses vem interditada e, hoje, as pessoas daquela região de Jorge Teixeira estão lá sem poder sair, sem poder entrar quando a chuva vem demais. Então, eu peço aqui atenção do Elias Rezende, que venha rapidamente fazer uma força-tarefa aí — como o senhor está fazendo em outros locais —, que venha fazer ali também naquela RO, do rio Ibirajara. É uma ponte que eu sempre cobrei aqui desde o meu início do mandato, que eu vi que a situação da ponte não estava boa, estava sempre abaixando. Sempre pedi para o Secretário Meireles e, infelizmente, com essa chuva que está dando demais no nosso Estado de Rondônia a ponte está lá. Às vezes, Deputado Dr. Neidson, quando chove demais, ninguém consegue chegar e tem que abrir rapidamente outra estrada para o pessoal passar.

Então, eu venho aqui chamar a atenção do nosso Secretário, que eu tenho certeza que ele já está vendo isso aí, mas eu peço mais agilidade, que a população de Jorge Teixeira — hoje nós temos uma população grandiosa — está sofrendo muito. Então, eu peço para você, para o Senhor Elias Rezende que venha ver essa situação para a gente urgentemente. E minha fala é essa hoje. Muito obrigada, Presidente. Que Deus abençoe vocês, sempre. Obrigada.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Encerradas as Breves Comunicações, passemos ao Grande Expediente. Não há oradores inscritos. Encerrado o Grande Expediente, comunico que, conforme artigo 129, do Regimento Interno, não será designada a Ordem do Dia para esta Sessão por ser a primeira Sessão Ordinária desta Sessão Legislativa. Passemos às Comunicações de Liderança. Não há oradores inscritos. Encerradas as Comunicações de Liderança, passemos às Comunicações Parlamentares, que também não há oradores inscritos.

E nada mais havendo a tratar, invocando a proteção de Deus e, antes de encerrar esta Sessão, convoco Sessão Ordinária para o dia 24 corrente de 2021, às 09 horas.

Está encerrada esta Sessão.

(Encerra-se esta Sessão às 17 horas e 15 minutos)

CORREGEDORIA ADMINISTRATIVA**PORTARIA 003/2021/CG/ALE/RO**

Porto Velho-RO, 02 de março de 2021

O CORREGEDOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, em obediência aos princípios instituídos no Art. 37, caput, da Constituição Federal, ao disposto no Art. 2º, 181 c/c Art. 195, da LCE de nº 68/1992 e no uso das atribuições legais, que lhe confere o inciso II, do item 1, do inciso XXI, do anexo VII, da Lei Complementar n. 1.056 de 26 de fevereiro de 2020; publicada no DIOF-RO n. 038 de 28.02.2020,

CONSIDERANDO o teor do memorando nº001/CPSPAD/2021, de 26 de fevereiro de 2021;

RESOLVE:

I - **PRORROGAR** por 30 (trinta) dias, com aproveitamento integral dos atos já praticados, a contar do dia 1º de março de 2021, o prazo para conclusão dos Processos Administrativos Disciplinares instaurados para apurar responsabilidade funcional referente aos fatos mencionados no relatório parcial nº001 da Inspeção criada pela Portaria nº003/2020/CG/ALE/RO; conforme relação abaixo:

1. ALAN COSTA PEREIRA	Proc.0010401/2020-71
2. ALAN GOMES FRANCO	Proc.0010392/2020-64
3. ALEXSANDRA FERNANDES DE MOURA BARTINIK	Proc.0010388/2020-60
4. CLEIDSON DE OLIVEIRA SANTOS	Proc.0010404/2020-73
5. DAFNE DEISE CASANOVA DE MORAIS	Proc.0010415/2020-82
6. DALVA DE FRANÇA BEZERRA	Proc.0010377/2020-52
7. EDSON JOSE CANDIDO ALVES	Proc.0010403/2020-73
8. EDUARDA PASCOVITCH PRUDENTE	Proc.0010419/2020-85
9. EDVALDO CARLOS PEREIRA	Proc.0010380/2020-54
10. EDVANDRO LOBATO DA SILVA	Proc.0010402/2020-72
11. ELISABETE SOARES DE ASSIS	Proc.0010418/2020-85
12. ELISABETE TARRAF	Proc.0010391/2020-63
13. ISAQUE GONÇALVES DOS REIS	Proc.0010407/2020-76
14. JOAB DE ARAUJO OLIVEIRA	Proc.0010408/2020-77
15. MARIA CAMILA MORAIS DO NASCIMENTO	Proc.0010420/2020-86
16. MARIA NILZA DE SOUZA WINCK	Proc.0010386/2020-59
17. NELSON DIAS JUNIOR	Proc.0010378/2020-52
18. RAFAEL DE LIMA GONÇALVES FERREIRA	Proc.0010406/2020-76
19. TATIANY BARBOSA SANTOS COSTA	Proc.0010416/2020-83

II – Acompanhando entendimento majoritário de aplicação supletiva do art.219 c/c art.15 da Lei 13.105, de 16 de março de 2015, contem-se os prazos em dias úteis;

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da ALE/RO, retroagindo seus efeitos a 1º de março de 2021..

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se. Porto Velho, 2 de março de 2021

GUILHERME ERSE MOREIRA MENDES

Corregedor Geral